

Crise e Reestruturação Bancária no Brasil¹

Gentil Corazza[⊗]

1. Introdução

O objetivo deste texto é fazer uma análise da crise e da reestruturação do sistema bancário brasileiro, após a implantação do Plano Real, em junho de 1994. Inicialmente, discute-se a natureza das crises bancárias, em geral, para depois analisar o impacto do Plano Real sobre o funcionamento e a estrutura do sistema bancário nacional. Em particular, procura-se analisar a situação e o papel dos três grandes bancos, o Econômico, o Nacional e o Bamerindus, na detonação da crise, bem como discutir as medidas do Banco Central para resolver a crise e fortalecer o sistema financeiro nacional.

O Plano Real provocou impactos profundos na estrutura e no funcionamento dos bancos no Brasil. Os bancos tiveram que se adaptar ao fim das receitas inflacionárias, readaptar sua estrutura administrativa, reduzir custos e procurar novas fontes de receitas. Nesse processo, além de bancos grandes e médios, inúmeras pequenas instituições foram extintas. Isto provocou a redução do número de bancos e uma acentuada concentração do sistema bancário.

O Plano Real também promoveu uma abertura significativa do sistema bancário nacional ao capital externo, através do ingresso de novos bancos ou da venda de bancos nacionais a estrangeiros. Além de dimensionar o atual processo de internacionalização bancária, procura-se também discutir o impacto positivo e negativo, bem como os limites desse processo.

O texto procura, finalmente, fazer uma análise comparativa entre o sistema bancário nacional e a situação de outros países, através do uso de vários indicadores estruturais e de desempenho de suas atividades.

¹ Este texto faz parte do Projeto de Pesquisa “Banco Central e Sistema Financeiro: crise e supervisão bancária no Brasil”, financiado pelo CNPq. A elaboração dessa pesquisa contou com a colaboração dos bolsistas da Fapergs, Martinho Lázzari e Fábio Pesavento.

[⊗] Professor do Departamento de Economia da Ufrgs

2. A natureza das crises bancárias

As crises bancárias se mostraram recorrentes e quase inexoráveis ao longo da história dos bancos, desde suas origens até os dias atuais. Os bancos parecem sofrer de uma vulnerabilidade intrínseca associada aos riscos próprios de suas atividades e à especificidade de seu papel na economia. Com efeito, os bancos são empresas capitalistas especiais, por uma série de razões.

Primeiro, porque participam da soberania monetária do Estado, na medida em que criam dinheiro de crédito, realizam os serviços de compensação e administram os meios de pagamento. Segundo, porque são instituições altamente endividadas, uma espécie de carregadores de dívidas, por meio de uma corrente de elos, soldados na confiança do público, de modo que a crise de um banco pode facilmente transformar-se em crise geral do sistema, por mais sólido que ele seja. Em terceiro, os bancos desempenham um papel estratégico na economia, através da intermediação financeira e do financiamento das atividades econômicas. Na visão de Schumpeter, (1982) os bancos formam o quartel general do sistema capitalista e na de Minsky (1982), eles constituem o núcleo instabilizador da economia. Quarto, porque as crises bancárias afetam a economia de forma mais profunda que as crises de outras empresas, pois afetam o crédito e os juros, os investimentos e o nível da atividade econômica. Elas provocam, ainda, fugas de capital e agravam problemas de balanço de pagamentos. Finalmente, a solução de crises bancárias envolve grande volume de recursos públicos.

Uma crise bancária geralmente se manifesta como um problema de liquidez, expresso na incapacidade dos bancos atenderem a retirada de depósito dos seus clientes, fato que pode se transformar, com frequência, em problema de solvência do sistema bancário. De modo geral, as crises são provocadas pela conjugação de fatores macroeconômicos, como um ambiente de instabilidade ou um plano de estabilização, e microeconômicos, como a fragilidade intrínseca dos próprios bancos. Normalmente os fatores macroeconômicos se conjugam³ com situações de vulnerabilidade microeconômica dos bancos⁴, na detonação das crises.

³ Por outro lado, “É muito difícil determinar qual é a proporção das crises que se deve ao ambiente econômico e quais são consequência de uma administração deficiente. Isto só poderia ser feito analisando cada país e cada banco. Os fatores macroeconômicos têm maior peso nas crises sistêmicas, enquanto que os microeconômicos adquirem mais relevância nas quebras bancárias isoladas. Em qualquer caso, as crises sistêmicas incluem várias crises mais profundas de bancos individuais devidas a uma administração deficiente, que com frequência costumam-se ignorar. Em consequência, fica

A fragilidade microeconômica pode decorrer de um rápido crescimento dos passivos bancários ou de uma divergência muito acentuada entre ativos e passivos. A causa mais freqüente da crise reside na má qualidade dos ativos, conseqüência de uma má administração e mesmo de práticas fraudulentas. Por sua vez, falhas administrativas e práticas fraudulentas se devem a deficiências do sistema de regulamentação e supervisão bancárias⁵. Deve-se mencionar ainda os deficientes controles internos dos bancos e o ocultamento de problemas, mediante uma contabilidade cosmética.

Finalmente, crises bancárias são mais freqüentes no auge dos ciclos econômicos, pois existe uma estreita vinculação entre períodos de expansão, pré-disposição dos banqueiros a emprestar e assumir riscos, a efetiva expansão do crédito e as crises bancárias. Esta tendência expressa a hipótese da fragilidade financeira formulada por Minsky (1982). Nesta perspectiva, Lima (1997: 66) salienta que o processo de acumulação de capital costuma ser financiado através do endividamento das firmas, e as estruturas de débito e crédito tendem a se desequilibrar à medida que a acumulação avança, criando uma situação de instabilidade financeira. Por isso, a crise financeira não é necessariamente exógena, mas “um efeito endógeno da crescente fragilidade financeira que se desenvolve ao longo da fase expansiva do ciclo econômico”. (Lima, 1997: 74). O auge cíclico depende crescentemente do endividamento para financiar gastos de expansão, sendo que os lucros não crescem na mesma taxa que o endividamento⁶. Como conseqüência, as empresas tornam-se incapazes de saldar seus compromissos financeiros, os bancos se fragilizam e as crises explodem.

claro que tanto as crises sistêmicas como as crises de bancos individuais têm causas macro e microeconômicas”. (de Juan 1997. 94-5.)

⁴ “Um banco é vulnerável se um choque relativamente leve que afete a renda, a qualidade dos ativos, ou a liquidez, o torna insolvente ou mina suficientemente sua liquidez como para questionar sua capacidade de cumprir seus compromissos financeiros a curto prazo. A vulnerabilidade se apresenta quando as exigências reguladoras de capital e liquidez são pequenas em comparação com o risco de seus ativos e fontes de financiamento”. (Gavin e Hausmann, 1997:56).

⁵ A propósito, Gavin e Hausmann, (1997: 32) assinalam que: “Em nenhuma região, e especialmente na América Latina, existem instituições e sistemas regulatórios que eliminem os riscos de quebra dos bancos e as crises financeiras, e se estes mecanismos existem, provavelmente seriam contraproducentes. Portanto, independente de se os sistemas bancários estão ou não adequadamente regulamentados e supervisionados, sempre estão vulneráveis aos choques macroeconômicos.”

⁶ “Sem dúvida, os auges creditícios criam problemas de informação e de incentivos para os bancos, que deterioram a qualidade da carteira bancária e incrementa a vulnerabilidade financeira. De fato, quando o sistema bancário cresce rapidamente, os banqueiros têm dificuldade em obter informação sobre a capacidade creditícia de seus prestatários”. (Gavin e Hausmann, 62-63).

3. O Plano Real e a crise bancária

O Plano Real provocou uma crise bancária significativa, para a qual concorreu também a vulnerabilidade microeconômica de inúmeros bancos, principalmente dos três grandes, o Econômico, o Nacional e o Bamerindus⁷. Seus impactos sobre o sistema financeiro nacional já eram previsíveis e reconhecidos pelas próprias autoridades governamentais.⁸ O diagnóstico da situação apontava para o número excessivo de instituições e de agências, além de custos elevados, principalmente com pessoal. Por isso, o sistema bancário devia ser redimensionado e reorientado para novas formas de financiamento de suas atividades.

O principal impacto do Plano Real sobre o sistema financeiro se deu através da perda da receita inflacionária, conforme pode ser observado na Tabela 1. Estas receitas, que historicamente se situavam em torno de 2% do PIB e no período de 1990-93 chegavam a 4%, foram reduzidas a 2,0%, em 1994, e a 0,1%, em 1995. Em termos do valor da produção bancária imputada, as receitas inflacionárias, que representavam 87,3%, reduziram-se para 49,5%, em 1994, e 1,6% em 1995. Essa perda era um indicador de que o sistema financeiro teria de passar por profundas modificações.

Tabela 1 - Receita Inflacionária como % do PIB e do valor da produção imputada

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita Inflacionária / PIB	4,0	3,8	4,0	4,3	2,0	0,1
Receita Inflacionária / Valor Produção Imputada	70,0	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: Andima/IBGE: Sistema Financeiro – Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995.

⁷ O Plano Real, porém, não foi o primeiro a provocar ajustes profundos no sistema financeiro brasileiro e especialmente no setor bancário. Antes dele, cabe destacar o Plano de Ação Econômica do Governo, Paeg, (1964-66) pelas mudanças significativas que provocou no sistema financeiro nacional. No entanto, como assinala Moura (1998: 28), ao contrário do Plano Real, no ajuste provocado pelo Paeg, não houve a percepção de risco sistêmico capaz de ameaçar a estabilidade do sistema, motivo pelo qual não foi necessário um programa governamental de socorro com a finalidade de evitar uma crise bancária generalizada. Além desta diferença, o Paeg preservou o sistema financeiro nacional fechado ao capital estrangeiro, enquanto que o Plano Real promoveu uma forte abertura aos bancos estrangeiros, como veremos adiante. Efetivamente, o Paeg criou novas “bases jurídico-legais e regulamentares para o desenvolvimento de instituições, instrumentos e mecanismos de captação de poupança e de financiamento que ainda hoje constituem a espinha dorsal do atual sistema financeiro, como as leis da reforma Bancária e a de Mercado de Capitais, as quais deram origem ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central...”. (Moura, 1998: 28).

⁸ “Desde o início do Plano Real, em julho de 1994, sabia-se que o novo ambiente de estabilização macroeconômica não seria condizente com a dimensão que o sistema bancário havia alcançado, fruto de vários anos de inflação alta e desequilíbrios macroeconômicos”.(Mendonça de Barros e Almeida Júnior, 1997:82).

No entanto, esse processo de ajuste não foi imediato, nem muito amplo, nos primeiros 15 meses após o Plano Real⁹. Por outro lado, apesar da perda expressiva de receita inflacionária, a rentabilidade dos bancos não se alterou significativamente. Conforme indica a Tabela 2, a rentabilidade média dos bancos brasileiros aumentou de 14,9%, em 1993, para 16,8%, em 1994, mantendo-se no patamar dos 13,0% até 1998. Em 1999, a mesma chegou a 23,0%, em virtude dos ganhos com a desvalorização cambial.

Tabela 2 - Rentabilidade média (lucro líquido/pat. Líquido) dos bancos brasileiros em %

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
32,9	9,1	9,5	14,9	16,8	12,9	13,0	12,2	13,1	23,0

Fonte:

A manutenção de taxas elevadas de rentabilidade se deveu à troca de receita inflacionária pela receita de serviços, que quase duplicou sua participação relativa nos anos posteriores ao Plano Real. Com efeito, a receita de serviços, que representa apenas 8% em 1990, passa para 10,5%, em 1993, e para 21,5%, em 1995¹⁰. Cabe notar também que o aumento da receita de serviços é maior nos bancos públicos que nos privados.

A manutenção de níveis elevados de rentabilidade, no entanto, não deixou de aumentar a vulnerabilidade do sistema financeiro, especialmente devido ao aumento dos créditos de liquidação duvidosa. A economia cresceu menos na segunda metade de 1995 e os juros se elevaram substancialmente, afetando dois grande bancos, o Econômico e o Nacional. Este fato reforçou um clima de apreensão, já latente no sistema, sobre a saúde dos demais bancos, principalmente os pequenos, cuja situação se agravou com a concentração da liquidez nos bancos maiores.

O estopim de uma crise sistêmica foi aceso pela crise do Banco Econômico, em agosto de 1995, do Banco Nacional, em novembro de 1995, uma crise que se afigurava muito mais grave do que todas as crises bancárias anteriores, devido à dimensão desses

⁹ A esse respeito, Lundberg (1996) afirma que “muitos bancos retardaram os ajustes de suas estruturas e forma de atuação acreditando que o Plano Real teria a mesma sorte dos programas anteriores. Isto explica porque só recentemente, após mais de um ano de inflação bem mais baixa e a quebra de alguns bancos, grande parte das instituições financeiras começou a tomar medidas mais efetivas de ajuste”. Já Alberto Borges Matias, da Consultoria Austin e Asis, aponta outra razão, ao afirmar que “o problema foi adiado porque os bancos ganharam muito dinheiro com a política de juros altos, o verdadeiro Proer do Plano Real”. (FSP 09/01/2000). Por esse motivo, em vez de iniciar um processo de ajuste mais profundo, os bancos tentaram compensar a perda de receita inflacionária pelo aumento do crédito, lastreado pelo crescimento abrupto e significativo dos depósitos bancários. Para se ter uma idéia, basta lembrar que os depósitos à vista cresceram na ordem de 165% e, a prazo, em torno de 40%, nos primeiros meses após o Plano. O Banco Central reagiu a esse aumento, elevando de 48% para 100%. Mesmo assim, os depósitos totais do sistema financeiro cresceram em torno de 58% no primeiro ano após o Plano Real, compensando em parte a perda de receita inflacionária.

¹⁰ Andima/IBGE: Sistema Financeiro – Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995.

bancos, o 4º, o 3º no ranking nacional. Foi essa avaliação de ameaça de uma “crise sistêmica” que levou o governo a lançar um plano de emergência, o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e de outras medidas¹¹ saneadoras e de fortalecimento do sistema financeiro, em novembro de 1995. Deve-se notar, porém, que a crise do Bamerindus, pelo fato de ter estourado só em 1997, quinze meses após o Proer, já não representa uma ameaça tão aguda para o resto do sistema.

Cabe aqui recolocar a pergunta sobre a demora da intervenção, ou seja, se a situação desses grandes bancos era conhecida pelo Banco Central, por que a intervenção não foi feita ainda em 1994 ou início de 1995?

Uma primeira resposta, como assinala Carvalho (1996), foi que o Bacen, embora conhecendo em detalhes as dificuldades enfrentadas pelo Econômico e pelo Nacional, optou pela tentativa de viabilizar soluções de mercado, financiando a ambos enquanto procurava soluções não traumáticas para o sistema bancário como um todo. Por outro lado, não é descartável a hipótese de que um dos critérios de decisão tenha sido tentar preservar, até onde fosse possível, os proprietários dos bancos em dificuldade, face à inegável existência de vínculos de toda ordem entre os diretores do Bacen e os banqueiros privados.

No entanto, a questão não é tão simples quanto parece à primeira vista, pois não existem regras claras que determinem a ação do Bacen em tais casos. Qual a maneira mais adequada e qual o momento mais propício para intervir num grande banco em crise? Qual a solução: deixar ao livre arbítrio dos diretores do Bacen a escolha da melhor forma e do melhor momento de agir¹² ou adotar, como sugere Carvalho (1996), “regras claras sobre os limites de financiamento do BCB a qualquer instituição financeira, pública ou privada, sobre as garantias a serem exigidas e sobre os prazos dessas operações”. Em que medida a

¹¹ As principais medidas foram: concessão de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras; aprovação do estatuto e regulamento do Fundo de Garantia de Créditos; imposição de dificuldade para criação de novas instituições financeiras e criação de incentivos para processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário; aumento do poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras; responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira; alteração da legislação que trata da abertura de dependências dos bancos no exterior e consolidação das demonstrações financeiras dos bancos no Brasil com suas participações no exterior; permissão de cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras; criação da Central de Risco de Crédito.

¹² Carvalho (1996) sugere que a autonomia do Bacen não elimina o dilema, mas afirma que: “O BCB precisa realmente de regras claras que o protejam de ingerências abusivas do Executivo ou do Legislativo. Mas isto não basta: a sociedade também precisa de regras claras que a protejam dos equívocos sempre possíveis na ação dos diretores do BCB, regras que

definição de regras desse tipo limitaria a função de prestador de última instância, típica de um banco central, podendo impedir o controle de crises bancárias em determinadas situações? É preciso considerar, ainda, que tais decisões estão envolvidas em alto grau de incertezas e constituem um verdadeiro dilema para o Banco Central. Provavelmente o Bacen tenha se defrontado com esse dilema antes de intervir no caso dos três grandes bancos em análise.

Como salienta Moura (1998: 34), a crise iniciou com as pressões sobre a liquidez desses bancos, devido à retiradas dos grandes depositantes: instituições financeiras, investidores institucionais e empresas. Enquanto os grandes e melhor informados clientes retiravam seu dinheiro, o Bacen assumia seu lugar, elevando o comprometimento de recursos públicos na crise bancária.

Embora seja inegável que o Bacen conhecia a dificuldade desses bancos, ela não parece tão evidente à primeira vista. Com efeito, uma análise dos indicadores de balanço, conforme a Tabela 3, não permite concluir que esses bancos estivessem à beira de uma grande crise.

Tabela 3 - Indicadores de balanço dos bancos Nacional, Bamerindus e Econômico

Anos	Rentabilidade				Qualidade dos ativos			
	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>
1990	15,21	11,57	13,41	11,91	1,19	1,56	0,61	4,76
1991	12,31	5,70	9,16	10,07	0,51	1,83	0,30	2,84
1992	13,96	7,57	9,57	19,18	0,26	0,90	0,52	1,46
1993	15,26	13,38	9,67	25,00	0,11	0,58	0,31	1,31
1994	18,14	11,79	13,46	14,09	0,85	0,83	0,43	1,53
Anos	Alavancagem				Crédito em líquido/Patrimônio líquido			
	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>
1990	5,67	3,36	7,44	2,73	6,73	5,24	4,52	13,87
1991	5,62	1,91	3,51	1,53	2,89	3,49	1,04	4,01
1992	7,04	3,11	4,07	2,01	1,84	2,82	2,13	2,92
1993	7,75	4,92	4,96	3,00	0,85	2,86	1,52	3,16
1994	7,17	6,00	4,62	3,16	6,07	5,00	1,97	4,48

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados de balanço dos bancos.

Com efeito, o Banco Nacional apresenta rentabilidade superior que a média dos sete maiores bancos, em três dos cinco anos anteriores à intervenção, sendo cinco pontos maior

fixem limites para sua atividade, que os obriguem a prestar contas de público sobre as suas decisões e que limitem as suas iniciativas em apoio a instituições financeiras, públicas ou privadas”.

que os demais, no ano de 1994. Já o Econômico e o Bamerindus apresentam rentabilidades inferiores em todos os cinco anos que antecedem à intervenção. A vulnerabilidade fica mais clara, no entanto, quando se analisa a qualidade dos ativos, pois os três bancos apresentam um situação sensivelmente pior que a média dos sete maiores bancos nacionais.

No entanto, o grau de alavancagem dos bancos indica sua maior exposição ao risco. Observa-se, por outro lado, que seu nível de inadimplência é menor, com exceção do ano de 1994. Em síntese, embora os dados de balanço não deixem transparecer toda a vulnerabilidade desses bancos e a ameaça que os mesmos representavam para o resto do sistema, pode-se dizer que a intervenção do Banco Central representou um grande dilema para o exercício da sua função de prestador da última instância do sistema financeiro.

4. Alteração estrutural do sistema financeiro

A partir do Plano Real, o sistema financeiro nacional entrou num processo de reestruturação em diferentes aspectos, a começar por uma drástica redução do número de instituições, uma concentração e uma internacionalização acentuadas, além de uma alteração das participações relativas entre as diversas categorias.

O ajuste inicial abrangeu pequenas e médias instituições, mas sem risco de contaminação do resto do sistema, apesar do seu número expressivo, conforme pode ser visto na Tabela 4, abaixo. Nos quatro anos e meio que se seguiram ao Real, nada menos que 104 instituições sofreram algum tipo de ajuste.

Tabela 4 - Instituições que sofreram ajustes após o Plano Real

Anos	Total	Incorp.	Transf. de controle	Liquidação	Tipos de ajustes				
					Banco de invest.	Cia créd., fin. e invest.	Arrend. Mercantil	Dist. de tít. e val. mob.	Inst. não financeira
1994	7			7					
1995	13	2	1	9	1				
1996	22	3	7	6	4		1	1	
1997	29	1	10	11	1		2	4	
1998	33	1	16	9		1	1		5
Total	104	7	34	42	6	1	1	3	10

Fonte: Banco Central do Brasil.

Entretanto, a melhor indicação da profundidade do ajuste inicial não se mede pela redução do número, mas pela redução da participação do valor adicionado das instituições financeiras no PIB, que era de 12,37%, em 1994, e foi reduzida para 6,97, já em 1995, passando para 4,70 % em 1996. Tal participação é semelhante à dos países industrializados, como os Estados Unidos (4,5 %), França (4,5 %) e Alemanha (4,3 %).

Tabela 5 - Número de bancos brasileiros por categorias selecionadas

Tipos de Instituição	Dez/88	Jun/94	Dez/98
Bancos Públicos:	43	40	30
- Federais	6	6	6
- Estaduais	37	34	24
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Bancos Estrangeiros:	40	69	75
- Filiais	18	19	16
- Controle Estrangeiro	7	19	36
- Participação	5	31	23
Bancos de Investimentos	49	17	22
Total do Sistema Bancário Nacional	166	273	233

Fonte: Elaboração a partir de Puga (1999).

Uma análise mais detalhada por categoria de instituição, de acordo com a Tabela 5, permite concluir que houve uma redução significativa do número de bancos públicos estaduais e dos bancos privados nacionais, bem como um crescimento expressivo dos bancos com controle estrangeiro. Essas mudanças estruturais podem ser reforçadas através da análise da participação de diversas categorias de instituições no patrimônio do setor bancário, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Participação % das instituições financeiras no patrimônio do sistema

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	Jun/99
Bancos com controle estrangeiro	7.28	9.57	13.08	10.29	14.29	21.86	25.91
Bancos privados nacionais	48.23	55.63	49.21	55.32	51.82	49.75	45.71
Bancos públicos	15.02	11.06	12.41	12.40	11.49	11.35	11.26
CEF	4.04	5.27	12.04	8.85	9.09	5.42	5.30
BB	24.93	17.76	11.82	11.87	11.76	10.03	10.13
Cooperativas de crédito	0.50	0.71	1.44	1.27	1.55	1.59	1.69
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BANCO CENTRAL -COSIF – DEORF/COPEC em www.bcb.gov.br.

Observamos uma estabilidade da participação dos bancos privados nacionais e da Caixa Econômica Federal, ao lado de uma queda da participação dos bancos públicos em geral e especialmente do Banco do Brasil, que era de 24,93% em 1993 e passa para apenas

10,13% em 1999. Finalmente, ao lado de um crescimento das cooperativas de crédito, o que mais chama à atenção é a quase quadruplicação do aumento dos bancos com controle estrangeiro que detinham 7,28% do patrimônio líquido em 1993 e passaram a deter nada menos que 25,91 do mesmo, em 1999.

5. A concentração bancária após o Plano Real

O Plano Real provocou também uma forte concentração bancária no Brasil, acompanhando um processo que vem acontecendo em escala mundial. Neste tópico procuramos utilizar diversos indicadores para medir o grau de concentração bancária¹³ decorrente do Plano Real.

- a concentração medida pelo número de bancos.

A concentração medida pelo número de bancos apresentou grandes variações ao longo da história bancária brasileira, conforme pode-se ver na Tabela 7, abaixo. Nela podemos observar pelo menos três movimentos, no período de 1950 a 1997: o primeiro, de 1950 a 1976, foi de concentração, pois o número de 413 bancos reduziu-se para apenas 106, ficando praticamente estabilizado até 1987. No entanto, o período de maior concentração foi o de 1964 a 1976, onde o número de bancos reduziu-se de 336 para 106. O segundo movimento foi de desconcentração e ocorreu entre 1987 e 1993, onde o número de bancos mais que duplicou, passando de 105 para 245¹⁴. O terceiro movimento foi novamente de concentração, a partir do Plano Real e ainda em curso¹⁵.

¹³ A concentração bancária, como a de qualquer outro setor da economia, pertence à própria lógica do desenvolvimento do capital. Através da concentração, as firmas buscam economias de escala, como meio para reduzir os custos unitários dos bens ou serviços que oferecem. Além disso, a concentração bancária pode resultar do incentivo governamental, com o objetivo de reduzir custos dos serviços bancários, uma vez que eles são um dos componentes das taxas de juros.

¹⁴ Isto se explica pelas mudanças legais que extinguiram as cartas patentes e permitiram a criação dos bancos múltiplos.

¹⁵ Os dados da tabela também permitem verificar qual a categoria de bancos que mais teria se beneficiado do processo de concentração, pelo menos no período posterior a 1964. Pode-se ver que no período de maior concentração, que vai de 1964 a 1987, quando o número total de bancos diminuiu significativamente, o número de bancos estatais e de bancos estrangeiros aumentou sua participação no conjunto do sistema. Já no período de desconcentração, de 1987 a 1993, o número de bancos estatais permanece estável, mas o de estrangeiros continua a aumentar, mais que duplicando, enquanto que o número de bancos privados nacionais chega a triplicar. Já no período de concentração, de 1993 a 1997, o que mais chama a atenção é o contínuo crescimento dos bancos estrangeiros, cujo número passou de 37 para 45, enquanto que as demais categorias tiveram seu número reduzido. Essas primeiras indicações podem ser aprofundadas através da análise dos demais indicadores de concentração.

Tabela 7 - Número de bancos brasileiros por categorias selecionadas

Anos	1950	1955	1960	1964	1976	1987	1993	1997
Bancos oficiais (fed/est)				24	27	31	30	27
Bancos privados:				312	79	74	215	193
a) nacionais				304	69	56	178	148
b) estrangeiros				8	10	18	37	45
Total	413	379	338	336	106	105	245	220

Fonte: Anos 1950, 1955, 1960 – Moreira (1984), demais anos: Meirelles (1999).

- concentração dos depósitos bancários

Conforme a Tabela 8, abaixo, em 1966 apenas 6 bancos detinham 25% dos depósitos à vista, mas a concentração continuou aumentando, sendo o mesmo percentual de 25% retido por apenas 2 grandes bancos, no período de 1974 a 1996.

Tabela 8 – Participação dos bancos privados nos depósitos à vista da área bancária

% dos depósitos à vista	Número de bancos privados						
	1966	1968	1970	1972	1974	1991	1996
25%	6	5	4	3	2	2	2
50%	17	14	11	9	6	7	8
75%	27	29	25	22	14	20	23
95%	91	67	52	42	32	44	64
100%	229	172	128	95	75	208	187

Fonte: Meirelles, 1999.

Mas, o grau de concentração pode ser melhor avaliado, quando se considera a faixa de 50% dos depósitos, que em 1966 era retida por 17 dos 229 bancos privados, e em 1974 passou a ser por apenas 6 bancos. A partir desse ano, houve leve desconcentração, pois em 1996 já eram 8 os bancos que detinham 50% dos depósitos à vista. Já na faixa dos 75%, houve forte concentração entre 1966 e 1974, voltando depois a concentração até 1996.

- Índice de Herfindhal (IH) e Números Equivalentes (NE)

Meirelles (1999) utiliza o Índice de Herfindhal¹⁶ e os Números Equivalentes¹⁷ para medir o processo de concentração bancária no Brasil, ao longo do tempo. Um IH maior

¹⁶ O Índice de Herfindahl é uma medida estatística de concentração, calculada pela soma dos quadrados da fatia de mercado de todos os bancos do sistema e é influenciada pelo número de participantes no mercado e pelo grau de concentração. Assim, se todos os bancos forem do mesmo tamanho, isto é, se todos tiverem a mesma fatia de mercado, o

indica maior concentração. Conforme dados da Tabela 9, abaixo, o IH apresenta o seguinte comportamento ao longo do tempo: no período 1946-1965, foi baixo e estável, variando de 0,022 a 0,020; no período 1965 – 1975, eleva-se rapidamente, passando de 0,020, em 1965, para 0,066, em 1975; no período 1975 – 1987, o mesmo decresce, passando de 0,066 para 0,055; no período 1987 – 1996, estabiliza-se, pois em 1996 representa 0,048; mas entre 1996 e 1997 acentua-se a concentração, chegando seu valor a 0,071.

Tabela 9 - Índice de Herfindahl e Números Equivalentes do sistema bancário privado medidos com base no total de depósitos

	1946	1955	1965	1970	1975	1987	1991	1996	1997
Índice de Herfindahl	0,022	0,020	0,020	0,031	0,066	0,055	0,0467	0,0482	0,071
Números Equivalentes	45	50	50	32	15	18	21	20	14

Fonte: Meirelles (1999)

Outra medida de concentração são os Números Equivalentes (NE). Ao contrário do IH, quanto maior um NE menor a concentração e vice versa. Conforme indica a mesma tabela, no período 1946 – 1965, houve uma desconcentração do mercado bancário, uma vez que os NE passaram de 45 para 50, ficando estáveis no período 1955 – 1965; mas, a partir de 1965 até 1977, houve forte concentração, chegando os NE a 15 neste último ano; no período 1975 – 1996, houve uma leve desconcentração, ou mesmo uma certa estabilidade; mas entre 1996 e 1997, novamente uma forte concentração, como já indicava o IH, ou seja, neste último ano o índice de concentração foi o mais elevado dos últimos cinquenta anos.

A velocidade da concentração bancária também pode ser observada na Tabela 10, abaixo. Como podemos ver, houve uma redução significativa, de 17 para 10, do número de bancos que detinham ativos superiores a R\$ 1 bilhão, entre 1994 e 1998. Vê-se também que, enquanto em 1994 os 17 bancos detinham um total de R\$ 99,2 bilhões em ativos, em 1998, os 10 bancos pertencentes a essa categoria somavam um total de R\$ 158, 8 bilhões

índice será igual a $1/n$, sendo “n” o número de bancos. No caso extremo de um só banco deter 100% do mercado, o índice seria igual a 1.

¹⁷ Os Números Equivalentes são calculados pelo inverso do Índice de Herfindahl e indicam o número de bancos com a mesma fatia de mercado, ou seja, quanto menores os NE, maior a concentração bancária e quanto maiores os NE mais desconcentrado e competitivo será este mercado.

em ativos. Note-se, finalmente, que dos 17 maiores bancos por ativos de 1944, apenas 6 permanecem na lista dos bancos com ativos superiores a R\$ 1 bilhão, em 1998.

Tabela 11 - Bancos nacionais de varejo com ativos superiores a US\$ 1 bilhão

Bancos	1994	US\$ bilhões		Bancos	1998 US% bil
Bradesco	18,1	Noroeste	2,7	Bradesco	59,8
Itaú	14,1	Amér do Sul	1,7	Itaú	43,2
Bamerindus	12,0	Finasa	1,6	Unibanco	24,9
Nacional	9,9	Itamarati	1,4	Safra	13,6
Unibanco	8,9	Boavista	1,4	Finasa	4,9
Real	7,6	Bandeirantes	1,2	BicBanco	3,5
BCN	6,0	BancoCidade	1,1	Meridional	3,2
Safra	5,3	Banorte	1,0	BancoCidade	2,1
Econômico	5,1			BMB	1,9
				Rural	1,7
Total 1(%)	100,00				100,00
Total 2 (ativos)	99,2 bilhões de US\$				158,8 bilhõesUS\$

Fonte: FSP 09/01/00

Quais os rumos da concentração bancária no Brasil? O processo atual já atingiu a escala ideal e tende a se estabilizar? Meirelles (1999) projeta uma perspectiva de concentração para os próximos anos, segundo a qual, em 2003, apenas um banco deteria 30% dos ativos e apenas 6 deteriam nada menos que 60% dos mesmos. Finalmente, a projeção indica que, em 2003, 36 bancos possivelmente deterão 95% dos ativos do sistema financeiro nacional. Embora sejam projeções, elas parecem muito realistas, a partir das tendências que se observam a nível nacional e principalmente a nível internacional.

6. A internacionalização do sistema bancário nacional

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, houve pelo menos três marcos legais, regulando o ingresso de bancos estrangeiros no Brasil: a Constituição de 1946, a Reforma Financeira de 1964 e a Constituição de 1988.

A Constituição de 1946 permitia o livre acesso dos bancos estrangeiros ao sistema financeiro nacional, não fazendo distinção entre bancos nacionais e bancos estrangeiros. Apesar disso, a participação estrangeira ficou muito reduzida até os anos 60. Efetivamente,

no período 1946-60, apenas 7 bancos estrangeiros¹⁸ ingressaram no país¹⁹. A Reforma do sistema financeiro, de 1964, ao contrário, impunha controles à entrada de bancos estrangeiros, mas deixava livre a instalação de escritórios de representação de bancos estrangeiros²⁰. Paradoxalmente, no entanto, houve aumento da internacionalização do sistema bancário nacional, resultado dos acordos bilaterais e da aplicação do princípio da reciprocidade. Efetivamente, entre 1962 e 1981, 15 novos bancos estrangeiros vieram se instalar no Brasil.

A Constituição de 1988 praticamente proibia a entrada de novos bancos estrangeiros no Brasil. Na verdade, a questão deveria ser definida por Lei Complementar, a qual ainda não foi realizada. Contudo, as autoridades monetárias procuraram contornar o problema legal, recorrendo às Disposições Transitórias da Constituição, que permitiam a entrada de bancos estrangeiros através de acordos internacionais, mediante a aplicação do princípio da reciprocidade ou por decisão do Presidente da República, quando julgasse de interesse nacional. Na prática, o governo brasileiro valeu-se desta última prerrogativa para promover uma ampla abertura do sistema financeiro nacional aos bancos estrangeiros. Efetivamente, a abertura entrou em nova fase, a partir de 1995, quando o governo passou a estimular a entrada de novos bancos estrangeiros²¹.

A análise dos dados da Tabela 11, abaixo, indica que, no período posterior ao Plano Real, houve mudanças significativas na participação de bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional. Em termos numéricos, reduziram-se as filiais de bancos comerciais estrangeiros, e também os bancos nacionais com participação estrangeira, mas cresce muito

¹⁸ A razão disso se deve a fatores como a dinâmica do capital internacional, direcionado principalmente para os países europeus ou também ao viés estatizante que passou a dominar a política brasileira na década de 1950.

¹⁹ Para um detalhamento do ingresso de bancos estrangeiros no país, veja-se Baer (1986: 146).

²⁰ Conforme Baer (1986: 43), houve um crescimento significativo de escritórios de bancos estrangeiros, no Brasil, a partir de então: em 1969, havia 36 escritórios representando 31 bancos; em 1975, 157 escritórios representavam 137 bancos e, em 1981, o número de escritórios chegava a 221 e o de bancos representados, a 187.

²¹ Ao analisar o processo atual de internacionalização, Carvalho (1999) salienta que, até 1994, o ingresso e as atividades de bancos estrangeiros no Brasil seguiam o padrão geral: operação com câmbio, comércio exterior e financiamento de empresas multinacionais. Nesse período, para ampliar suas atividades domésticas, os bancos estrangeiros enfrentavam dificuldades em lidar com alta inflação e penetrar em nichos de mercado dominados pelos grandes bancos nacionais de varejo. No entanto, após o Plano Real, ao contrário do período anterior, “a entrada de bancos estrangeiros passaria a se dar através da aquisição de bancos com posição estabelecida, ou potencial, junto aos mercados domésticos que lhes eram tradicionalmente negados. Bancos como o Econômico ou o Bamerindus abriam as portas de um mercado tradicionalmente inacessível a instituições estrangeiras”. (Carvalho, 1999: 73).

o número de bancos com controle estrangeiro²², que passou de 7, em 1988, para 19 em 1994 e para 36, em 1998. Considerando-se o total das três categorias, observamos que o aumento numérico se deu mesmo no período de 1988 a 1994, onde passaram de 30 para 70, e não após o Plano Real, onde seu número total se eleva para 75.

Tabela 11 – Número de bancos estrangeiros por categorias

	Dez/1988	Jun/1994	Dez/1998
Filiais de bancos estrangeiros	18	19	16
Bancos com participação estrangeira	5	31	23
Bancos com controle estrangeiro	7	19	36
Total de bancos estrangeiros	30	70	75
Total do sistema financeiro nacional	166	273	233
Total Estrangeiro/Total Nacional - %	0.28	0.25	0.32

Fonte: Elaboração a partir de Puga (1999)

A participação numérica, no entanto, pode ter pouco significado ao lado de outros indicadores de participação, como o volume de créditos, ativos, depósitos e patrimônio líquido. Com efeito, os dados da Tabela 12, abaixo, indicam que o aumento da internacionalização se expressa principalmente através do aumento na participação nos créditos (de 13,7 para 32,7), nos ativos (de 18,3 para 30,9), nos depósitos (de 14,8 para 24,5) e no patrimônio líquido que passou de 14,8 para 31,1, no período de 1994 a 1998.

Tabela 12 - Participação % de bancos estrangeiros no sistema bancário nacional

	Jun/94	Dez/94	Jun/95	Dez/95	Jun/96	Dez/96	Jun/97	Dez/97	Jun/98	Dez/98
Nº de bancos	28,0	27,5	28,0	28,3	28,0	29,9	31,7	32,5	34,1	36,9
Créditos	13,7	10,5	10,7	11,5	16,4	19,2	26,9	26,9	27,5	32,7
Ativos	18,3	14	13,5	16,3	18,2	17,4	21,1	25,2	28,6	30,9
Depósitos	14,8	11,8	11,1	12,7	10,3	12,9	17,1	20,8	21,3	24,5
Patrim. líq.	14,1	17	18,6	23,8	20,0	18,9	22,0	28,1	27,9	31,1

Fonte: Puga (1999). •Inclui filiais, bancos com participação e bancos com controle estrangeiro

É também importante observar o rápido crescimento da participação estrangeira nos ativos dos 20 maiores bancos privados nacionais, que passou de 9,13, em 1994, para nada menos que 34,63, em 1998, conforme se pode observar na Tabela 13, abaixo.

²² Considera-se banco estrangeiro uma filial de banco sediado no exterior. Um banco com controle estrangeiro é aquele em que mais de 50% de seu capital votante é de propriedade de estrangeiros. Já o banco com participação estrangeira é aquele em que de 10 a 40% de seu capital votante pertence a estrangeiros.

Tabela 13 - Participação estrangeira nos ativos dos 20 maiores bancos privados nacionais

ANO	1994	1995	1996	1997	1998
%	9,13	13,72	12,16	23,62	34,63

Fonte: Engenheiros Financeiros e Consultores (EF&C) – Folha de São Paulo, 03/01/99.

Este acentuado processo de internacionalização se explica pela conjugação de inúmeros fatores. Houve em primeiro lugar o esforço do governo brasileiro no sentido de incentivar o ingresso de bancos estrangeiros no país após o Plano Real. Além disso, houve o interesse dos bancos estrangeiros em colher novas oportunidades de lucro, a pressão de organismos internacionais e de autoridades de países estrangeiros²³. Cabe mencionar também às alterações profundas na estrutura e forma de operar das finanças internacionais, como menciona Freitas (1999:110): a liberalização financeira, a reestruturação dos sistemas bancários e as sucessivas fusões, bem como de um novo impulso à diversificação geográfica e a uma atuação global. Além disso, a saturação dos mercados bancários domésticos e a diminuição das oportunidades de lucros forçaram bancos americanos e europeus a agir em escala global. De fato, as receitas obtidas no exterior constituem parte significativa, superiores a 60%, das receitas de muitos grandes bancos.

7. A controvérsia dos benefícios e a crítica da internacionalização

Para os organismos internacionais, como a OMC²⁴, a liberalização financeira deve proporcionar grandes benefícios aos países que a adotarem, tais como intensificar a concorrência, melhorar a eficiência, com baixa de custos, melhoria da qualidade e ampliação da oferta de créditos. Os argumentos de membros do governo brasileiro são praticamente idênticos aos dos organismos e banqueiros internacionais²⁵.

²³ Um exemplo dessa pressão pode ser visto com toda clareza nas declarações do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, quando afirma que: “A experiência mostra que a abertura para fora pode melhorar a capacidade do país de construir um sólido e estável sistema financeiro doméstico. É por isso que estamos pressionando por um aumento substancial do acesso dos estrangeiros aos maiores mercados financeiros emergentes nas atuais negociações para um acordo de liberalização dos serviços financeiros no âmbito da Organização Mundial do Comércio” (GM 23.09.97).

²⁴ Conforme Gazeta Mercantil de 22/09/97

²⁵ Como se pode observar, em documentos semi-oficiais afirma-se que: “Os benefícios do ingresso desses bancos no mercado financeiro doméstico são diversos. Primeiro,vai ao encontro do desejo de fortalecer o sistema financeiro doméstico. Segundo, ... aumenta a concorrência no sistema financeiro, ocasionando uma redução dos *spreads* e das taxas dos serviços bancários. A redução dos *spreads* bancários, por sua vez, leva a uma redução das taxas de juros dos empréstimos, contribuindo, assim, para o aumento do investimento na economia. Terceiro, ... tem ajudado a reestruturação do sistema financeiro doméstico, por meio da compra de ativos financeiros de bancos e liquidação em poder do Banco Central e pela compra de bancos brasileiros que estavam com desequilíbrio patrimonial.” (Mendonça de Barros e Almeida Júnior, 1997:112).

Embora seja inegável que o ingresso de grandes bancos estrangeiros possa contribuir de muitas formas para o fortalecimento e a eficiência do sistema financeiro nacional, tais benefícios não são nem tão evidentes nem estão garantidos a priori e sua extensão depende de muitos fatores não mencionados pelos promotores da internacionalização.

Existem, também, argumentos contrários a uma excessiva participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional²⁶. Para Carvalho (1999: 76), dentre as possíveis conseqüências negativas de uma internacionalização nos moldes argentino e uruguaio, destaca-se a dificuldade para o acesso ao crédito das pequenas e médias empresas, pois os bancos estrangeiros terão menos interesse em financiar esse setor decisivo para a geração de empregos. Por outro lado, os bancos estrangeiros tendem a ser menos sensíveis às necessidades do país, especialmente nos momentos de crise, tornando mais difícil o papel das autoridades monetárias, a menos que preocupações com a soberania do país percam o sentido, como sugerem muitas análises, mesmo contra as evidências dos fatos. Os próprios organismos internacionais, como o BIS, reconhecem como legítimas tais preocupações.

Efetivamente, o assunto precisa ser analisado de uma perspectiva crítica, como afirma Freitas (1999: 131), pois tanto os representantes do governo como os executivos dos bancos tendem a exagerar na ênfase dos aspectos positivos da maior presença estrangeira no sistema bancário brasileiro²⁷. Na verdade, nada pode garantir um barateamento dos serviços e tarifas, pois os bancos concorrem não apenas via preços, mas principalmente através da construção de uma “imagem de experiência, tradição e solidez”. As inovações financeiras decorrentes da concorrência não garantem nem melhor alocação de recursos, nem maior estabilidade ao sistema. Por esses motivos todos:

²⁶ Costa (s/d) arrola os principais: a) aumento do risco de ataque especulativo, pois os bancos estrangeiros têm maior poder de fogo que os nacionais; b) maior dificuldade em colocar títulos da dívida pública; c) menor controle do Banco Central sobre os bancos estrangeiros que sobre os nacionais; d) menor controle sobre o fluxo de entrada e saída de capitais; e) menor poder de influenciar o crédito de acordo com as prioridades da política econômica; f) o exemplo dos países desenvolvidos, que não permitem a desnacionalização de seus sistemas financeiros; g) finalmente, uma excessiva desnacionalização do sistema financeiro afeta negativamente a soberania nacional.

²⁷ De um lado, a redução do *spread* não depende só da maior concorrência, mas também das condições macroeconômicas, ou seja, da diminuição do risco das atividades bancárias, dos juros básicos e dos níveis de inadimplência, que são iguais para bancos estrangeiros e bancos nacionais. De outro, a redução dos riscos dos negócios bancários não depende só de controles, técnicas ou práticas prudenciais adotadas pelos bancos individuais, mas é sempre relativa, uma vez que inerente à própria atividade bancária, que foge do controle tanto dos bancos individuais como das autoridades.

“A abertura do sistema financeiro ao capital externo não se traduzirá necessariamente em melhoria da qualidade dos serviços à população. É possível que as grandes empresas e os segmentos de renda elevada se beneficiem, uma vez que têm condições de negociar tarifas e comissões e exige tratamento diferenciado. Mas a grande maioria que não demanda produtos financeiros mais sofisticados dificilmente conseguirá escapar das longas filas e das altas tarifas. Mesmo porque não é possível mudar de banco com a mesma facilidade com que se troca a marca de um produto de consumo”. (Freitas, 1999: 162).

Uma questão final diz respeito aos limites do processo de internacionalização. Nossa análise anterior apontou um rápido e profundo processo de internacionalização do sistema financeiro nacional. Dados mais recentes indicam que em dezembro de 1995 entre os 20 maiores bancos operando no Brasil, em termos de volume de ativos, apenas três eram estrangeiros, mas em março de 1999 esse número já chegava a sete. Este processo dará um grande salto se a venda do Banespa for feita para bancos estrangeiros, como o Banco Central parece incentivar. Nesta perspectiva poderíamos perguntar, se um banco estrangeiro quiser comprar o Banco do Brasil, o Bradesco, o Itaú ou o Unibanco, o Banco Central vai permitir? Qual o limite da internacionalização?

8. Breve análise comparativa internacional

Objetiva-se aqui fazer uma breve análise comparativa dos principais indicadores entre os bancos brasileiros e o quadro internacional. Os dados da Tabela 14, abaixo, permitem algumas comparações.

Tabela 14 - Indicadores Comparativos dos sistemas bancários mundiais - 1997

Países	Rentabilidade (1)	Custos Operacionais (2)	Alavancagem (3)	Capitalização (4)
Inglaterra	20,2	3,4	12,3	7,5
Japão	13,8	1,3	33,5	2,9
Alemanha	13,6	2,4	18,3	5,2
Canadá	12,5	2,6	16,9	5,6
Suíça	12,4	2,0	14,9	6,3
Brasil	12,3	8,8	8,8	10,2
França	11,2	2,3	37,5	2,6
EUA	9,7	3,3	16,5	5,7

Fonte: Organização do autor, a partir dos dados da Gazeta Mercantil de 12/12/97

(1) Lucros/Patrimônio Líquido. (2) Despesas operacionais/Ativos.

(3) Empréstimos/Patrimônio líquido. (4) Capital/Ativos.

Como indica a primeira coluna, a rentabilidade dos bancos brasileiros se equipara à dos países desenvolvidos. Mas, quando se analisa a coluna dos custos, vê-se que os dos bancos brasileiros ficam, em média, quatro vezes acima da situação dos países desenvolvidos. Vale recordar, no entanto, que houve uma grande redução de custos operacionais, pois no início dos anos 90 essa taxa era da ordem de 14%.

Já em termos de alavancagem, ficamos muito abaixo dos demais países, o que indica haver ainda um enorme potencial de crescimento do volume de empréstimos do sistema financeiro nacional. Em termos de capitalização, nosso índice fica muito acima dos demais países, o que talvez reflita as exigências feitas pelo Comitê de Basileia no sentido de aumentar a capitalização, como medida de fortalecimento dos bancos, face às crises financeiras dos anos 90.

Por outro lado, conforme indicam os dados da Tabela 15, o volume de depósitos bancários em relação ao PIB do Brasil é de apenas 24%, enquanto que nos países desenvolvidos é superior a 50%. Igualmente, em termos de volume de empréstimos ao setor privado, nosso indicador é muito inferior ao que sucede nos países centrais. Ficamos próximos da Argentina, mas em patamares inferiores a países como o México e Chile.

Tabela 17 - Depósitos e créditos bancários ao setor privado em % do PIB

	Argentina	Brasil	México	Chile	EUA	Alemanha	França	Canadá	Japão
Dep/PIB	15	24	29	34	53	62	64	77	104
Créd/PIB	18	33	48	50	64	81	85	108	186

Fonte: International Financial Statistics/IMF. Dados referentes aos anos de 1994 e 1995

9. Conclusões

O Plano Real teve impactos profundos no sistema bancário nacional, a partir da ameaça de uma crise sistêmica provocada pela quebra de mais de cem instituições de pequeno e médio porte e principalmente dos três grandes bancos colocados no topo do ranking nacional. O sistema bancário viu-se forçado a mudar sua forma de financiamento, substituindo as receitas inflacionárias por receitas de intermediação financeira, de serviços e de tarifas. De modo geral, o sistema mostrou-se ágil e adaptou-se rapidamente à nova forma de operação.

A reestruturação decorrente do Plano Real se traduziu também pela acentuada redução da participação do setor financeiro no PIB, que caiu de 12% para algo em torno de 4,5%. Tal redução se operou principalmente através da extinção, fusão ou absorção de inúmeras pequenas instituições. Houve, ainda, alterações na participação relativa de várias categorias de bancos, de modo especial uma redução significativa dos bancos públicos estaduais e principalmente do Banco do Brasil em contraste com um aumento não menos significativo dos bancos estrangeiros.

Embora seja possível afirmar que a crise e a reestruturação bancária provocadas pelo Plano Real resultaram num sistema bancário mais concentrado, mais internacionalizado e mais fortalecido, com participação no PIB e rentabilidade próximas dos padrões internacionais, outros resultados, como a melhoria dos serviços e a redução dos seus custos, estão ainda muito aquém do esperado e do desejável. Até o presente, os bancos estrangeiros, em vez de provocarem as propaladas melhorias, parece terem-se adaptado aos padrões de lucros fáceis e serviços deficientes dos bancos nacionais. Por todas essas razões, devemos concordar com a avaliação final de Freitas (1999: 162), quando afirma que:

“O processo de reestruturação do sistema financeiro associado à abertura ao capital externo e à adaptação das instituições ao ambiente econômico de baixa inflação está longe do seu término. O movimento em curso não permite interpretações definitivas; ao contrário, suscita inúmeras questões sobre a configuração do sistema financeiro nacional, a melhoria na qualidade dos serviços bancários, a definição de um padrão de financiamento para a economia brasileira, com o necessário alongamento dos prazos das aplicações financeiras e das operações de crédito”.

Resumo

O objetivo deste texto é fazer uma análise da crise e da reestruturação bancária brasileira, após o Plano Real, em junho de 1994. Inicialmente, discute-se a natureza das crises bancárias, em geral, para depois analisar o impacto do Plano Real sobre o funcionamento e a estrutura do sistema bancário nacional. Em particular, procura-se analisar a situação e o papel dos três grandes bancos, o Econômico, o Nacional e o Bamerindus, na detonação da crise, bem como discutir as medidas do Banco Central para resolver a crise e fortalecer o sistema financeiro nacional.

Abstract

The paper aims at analysing the crisis and restructuration of Brazilian banks after the Plano Real, on June 1994. In this context, we discuss the nature of banking crisis and the impact of Plano Real on the structure and functioning of the national banking system. In particular, we analyze the economic situation and the contribution of the three big banks, Econômico, Nacional and Bamerindus to the irruption of the crisis, as well as we discuss the actions of Central Bank to solve the crisis and regulate the national finance system.

Bibliografia

- CANUTO, O. e LIMA, G. T. (1999) Crises bancárias, redes de segurança financeira e *currency board* em economias emergentes. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 83, set. 1999.
- CARVALHO, C. E. (1996) Crise Bancária Questiona Independência do BCB. Economia em Perspectiva – carta de conjuntura n. 127 – janeiro/1996, Corecon/SP.
- COSTA, F. N. da. (sd) Desnacionalização bancária: prós e constas (mimeo).
- DE JUAN, Aristóbulo (1997) Las raíces de las crisis bancarias: aspectos microeconômicos y supervisión y reglamentación. In: HAUSMANN, R. E ROJAS-SUÁREZ, L. (orgs.) (1997) Las crisis bancárias en América Latina. Santiago, Fondo de Cultura Econômica.
- DE PAULA, Luiz F. et al. (1999) Anais do Seminário “Perspectivas para o Sistema Financeiro Nacional” – regulamentação do setor e participação do capital estrangeiro. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes - Ipanema
- FREITAS, Maria C. Penido (1999) Abertura do Sistema Bancário Brasileiro ao Capital Estrangeiro. In: FREITAS, Maria C. Penido (org.) 1999. Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90. São Paulo, Edições Fundap
- GAVIN, M. y HAUSMANN R. (1997) Las raíces de las crisis bancárias: el contexto macroeconómico. In: Hausmann, R. E Rojas-Suárez, L. (orgs.) (1997) Las crisis bancárias en América Latina. Santiago, Fondo de Cultura Econômica.
- GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. M. (1999) A Economia Brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro, BNDES.
- HAUSMANN, R. y ROJAS-SUÁREZ, L. (orgs.) (1997) Las crisis bancárias en América Latina. Santiago, Fondo de Cultura Econômica.
- KRIVOY, Ruth de (1997) Como evitar las crisis. In: Hausmam, R. y Rojas-Suárez, L. (orgs.) (1997) Las crisis bancárias en América Latina. Santtiago, Fondo de Cultura Econômica
- LIMA, Luiz A. Oliveira (1997) Estudo sobre a Economia do Capitalismo. Uma Visão Keynesiana. São Paulo. Biental.
- LUNDBERG, E. (1996) Reestruturação do SFN. Economia em Perspectiva – Carta de conjuntura n. 127 – janeiro/1996, Conselho Regional de Economia – Corecon/SP
- MEIRELLES, Antônio Carlos (1999) Tamanho é documento na competição bancária. Gazeta Mercantil – Fórum de Líderes – Agosto de 1999.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. e ALMEIDA JÚNIOR, M. F. (1997) Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. Brasília, Política Comparada, maio-agosto 1997, ano I, vol. I, n. 2.
- MINSKY, H. (1982) Can “It” Happen Again? New York, M. E. Sharpe.
- MOREIRA, R. M. (1984) A Concentração Bancária e a Conglomeração Financeira. Revista Brasileira de Mercado de Capitais. Rio de Janeiro, v. 10, n. 32, out/dez 1984.
- MOURA, A. R. (1998) Notas sobre o ajustamento do sistema bancário privado no Brasil pós-Real. Rio de Janeiro, Revista de Administração de Empresas, N. Especial. Fevereiro
- PUGA, F. P. (1999) Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. In: Giambiagi, F. e Moreira, M. (1999) A Economia Brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro, BNDES.
- SCHUMPETER, J. (1982) A Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural.